

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.978 - SP (2019/0213282-4)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**AGRAVANTE** : RICARDO LEITE  
**ADVOGADO** : ANDRÉ FILIPPINI PALETA - SP224666  
**AGRAVADO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. PROCESSUAL PENAL. INCÊNDIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO JULGADOS INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO QUANTO À DATA DO JULGAMENTO. NULIDADE. INEXISTENTE. PRECEDENTES. PLEITO PELA ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. INVERSÃO DO JULGADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

### DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RICARDO LEITE contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento na alínea *a* do permissivo constitucional.

Consta dos autos que o Juiz de primeiro grau condenou o Agravante às penas de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime inicial aberto, e pagamento de 5 (cinco) dias-multa, no mínimo legal, como incurso no art. 250, § 1.º, inciso II, alínea *a*, do Código Penal. A sanção privativa de liberdade foi substituída por 2 (duas) restritivas de direitos (fls. 241-246).

Irresignada, a Defesa interpôs apelação, à qual a Corte de origem deu parcial provimento, apenas para corrigir a reprimenda pecuniária para o patamar de 4 (quatro) dias-multa, nos termos da seguinte ementa (fl. 313):

*"APELAÇÃO. INCÊNDIO. Materialidade e autoria comprovadas. Confissão em consonância com os relatos seguros e coesos de testemunhas, todos compatíveis com o laudo pericial. Delito de perigo concreto. Condenação mantida. Pena-base no mínimo legal. Redução no patamar máximo diante do reconhecimento da semi-imputabilidade do acusado à época do cometimento do crime, consoante artigo 26, parágrafo único, do Código Penal. Regime prisional e substituição da corporal por restritivas de direitos não questionados pelas partes. Recurso parcialmente provido apenas para redimensionar a pena de*

# Superior Tribunal de Justiça

*multa."*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fls. 328-335 e 345-352).

Sustenta o Agravante, nas razões do recurso especial, contrariedade ao art. 564, inciso III, alínea I, do Código de Processo Penal; bem como ao art. 250 do Código Penal.

Alega que é de rigor o reconhecimento de nulidade no julgamento do primeiro recurso integrativo interposto, porquanto não houve prévia intimação da Defesa quanto à data de julgamento do citado apelo.

Pondera que não foram acostadas aos autos provas cabais e idôneas a amparar o édito condenatório, na medida em que: **a)** há dúvida no tocante à propriedade do imóvel incendiado, o qual estaria na esfera de disponibilidade do Acusado; **b)** não foram expostos a perigo a genitora do Réu, quaisquer outras pessoas, nem os patrimônios dessas; e **c)** o risco aos bens alheios deve ser real e não pode ser presumido.

Contrarrazões às fls. 368-376. Inadmitido o recurso na origem (fls. 379-380), adveio o presente agravo (fls. 382-402).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 421-423, opinando pelo desprovimento do agravo em recurso especial.

É o relatório.

Decido.

No que concerne à preliminar de nulidade ante a ausência de intimação da Defesa quanto à data de julgamento dos primeiros embargos de declaração opostos pelo ora Agravante, o aresto prolatado quando da apreciação do segundo recurso integrativo apresenta a seguinte fundamentação (fls. 350-352; sem grifos no original):

**"[...] ao contrário do alegado, não se obstaculizou o direito de manifestação da Defesa.**

**A propósito, cumpre observar inexistir nos autos pedido expresso da Defesa manifestando interesse em sustentar oralmente.**

**De qualquer forma, desnecessária prévia intimação do impetrante quanto à inclusão do feito em pauta, cabendo aos advogados comparecer à sessão vindoura ou mesmo solicitar o adiamento do julgamento, mediante justificativa idônea e oportuna.**

**Por outro lado, registre-se que, conforme dispõe o artigo 123, § 3.º, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça, os embargos de declaração prescindem da inclusão em pauta de julgamento,**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*dispondo a Defesa constituída de meio (mormente eletrônicos) voltado ao acompanhamento da movimentação dos autos, nada ensejando eventual postergação do ato com a intimação da parte, providência incompatível com a celeridade do recurso.*

[...]

*As Cortes Superiores não dissentem diante de Regimento Interno desta Egrégia Corte como de outros Sodalícios com **idêntico dispositivo consistente em dispensar a inclusão em pauta ou obstaculizar sustentação oral em embargos de declaração.***

[...]

*À vista do exposto, pelo meu voto, REJEITO OS EMBARGOS."*

Como se vê, o entendimento adotado pelo Tribunal de origem não destoia da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, segundo a qual "o julgamento dos embargos de declaração independe de inclusão em pauta e intimação da data da sessão de julgamento, mediante publicação na imprensa oficial, uma vez que o feito é apresentado em mesa e não cabe a sustentação oral." (HC 448.294/PE, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 02/08/2018.)

No mesmo sentido:

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONCUSSÃO. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. INADMISSIBILIDADE. OFENSA AO ART. 619 DO CPP. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. INTIMAÇÃO. DESNECESSIDADE. PRECEDENTES. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. PENA-BASE MAJORADA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AGRAVO DESPROVIDO.*

[...]

*2. Os embargos de declaração são levados em mesa para julgamento, dispensada prévia intimação de inclusão em pauta. Precedentes.*

[...]

*6. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1.172.808/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 29/11/2017.)*

No mérito, o acórdão recorrido, na parte que interessa, está calcado nas seguintes razões de decidir (fls. 314-316; sem grifos no original):

*"Narra a acusação, resumidamente, que, no dia 27 de fevereiro de 2.014, por volta das 21h00, no endereço mencionado na denúncia, RICARDO LEITE causou incêndio em casa destinada à habitação,*

# Superior Tribunal de Justiça

expondo a perigo a integridade física e o patrimônio de outrem (fls. 01-D/02-D).

Resumidos os fatos, tem-se que o denunciado se manteve silente na Delegacia (fls. 07) para, **em pretório, confessar a autoria delitiva quanto ao incêndio**, aduzindo estar sozinho em sua residência, quando ateou fogo no imóvel, isso depois de se desentender com a mãe. Na ocasião, 'perdeu a cabeça', mas não pretendia causar mal a ninguém. **Disse ser o único habitante do imóvel, embora a residência pertencesse a sua genitora, que reside na casa ao lado.**

**Anotou ter se arrependido porque colocou em risco a vida de outras pessoas**, anotando ser usuário de maconha (fls. 192 e mídia de fls. 193).

Aqui, destaque-se o inegável peso da confissão judicial que, por se presumir livre dos vícios de inteligência e vontade, tem valor absoluto, servindo como base condenatória mesmo quando único elemento incriminador, exceto se desmentida pelas provas restantes (TJESP, Apelação Criminal nº. 0000700-33.2009.8.26.0366, Relator Desembargador PENTEADO NAVARRO), algo não verificado in casu.

A corroborar a acusação, têm-se as **declarações da genitora** do acusado na fase extrajudicial, Judite Leite, confirmando ter **RICARDO ateado fogo na própria residência ao se desentender com a depoente**. Disse que o filho estava bastante alterado na ocasião, ameaçando atear fogo na casa, daí porque abandonou o local, tomando conhecimento dos fatos posteriormente (fls. 06). Em juízo, **acrescentou ser a proprietária do imóvel**, cujo telhado chegou a desabar, **mas os móveis pertenciam ao filho**, único habitante da casa (fls. 159 e mídia de fls. 163).

Por sua vez, informou Arlete Martins Frediani, **vizinha** do acusado, tê-lo **bastante alterado do lado de fora do imóvel**, estando a casa em chamas. Asseverou não ter visto a genitora de RICARDO naquele instante, a qual residia no imóvel ao lado (fls. 162 e mídia de fls. 163).

Igualmente, a testemunha de defesa Fernando Marcos Leite Vieira Quintas, **primo do réu**, confirmou ser o **imóvel incendiado de uso exclusivo de RICARDO**, enquanto a mãe dele residia no imóvel ao lado (fls. 191 e mídia de fls. 193).

De seu turno, narraram os **policiais militares** Ivan Rogerio Querino de Souza e Robinson Luís Brambila haver sido acionados via CAD diante do incêndio, dirigindo-se ao local, onde se **constatou que, após desentendimento familiar, o acusado ateou fogo na residência, dizendo que iria matar a mãe, proprietária da casa** (fls. 03, 160/161 e mídia de fls. 163).

Frise-se que os esclarecimentos analisados se mostram **harmônicos, coerentes, lógicos e livres de dúvidas**, nada indicando animosidade ou intenção deliberada de prejudicar o réu.

Não bastasse, depara-se com o **laudo pericial** juntado a fls. 41/48 **atestando o incêndio** ocorrido na residência do acusado, com fotografias **a demonstrar os danos causados no imóvel atingido**.

Ademais, **impossível se ignorar o risco gerado aos ocupantes**

# *Superior Tribunal de Justiça*

***das casas vizinhas, que somente não foram alcançadas pelo fogo graças à rápida intervenção dos policiais militares, inclusive integrantes do corpo de bombeiros.***

***A propósito, a significativa proporção do incêndio se delinea facilmente pelo desabamento do telhado do imóvel incendiado, causando grande prejuízo à genitora do apelante, proprietária do imóvel, sem se ignorar a efetiva e real possibilidade de propagação do fogo diante de casas vizinhas, repita-se.***

***[...]***

***Patente, pois, o incêndio provocado pelo réu em sua residência, de modo a expor a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem, sendo desnecessárias, portanto, maiores considerações acerca da robustez do conjunto probatório."***

Pois bem. O Tribunal de origem, soberano quanto ao exame do acervo fático-probatório que instrui o caderno processual, concluiu que, na hipótese dos autos, estão comprovadas a materialidade, a autoria e os elementos necessários à tipificação do crime de incêndio imputado ao ora Agravante. Portanto, a inversão do julgado, de maneira a fazer prevalecer a tese absolutória, demandaria, necessariamente, nova análise dos fatos e provas acostados aos autos, desiderato esse incabível na via estreita do recurso especial, nos termos da Súmula n.º 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

***"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. INCÊNDIO. MATERIALIDADE E AUTORIA DEMONSTRADAS. CONJUNTO PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DOSIMETRIA. PENA-BASE. FIXAÇÃO COM RAZOABILIDADE. AUSÊNCIA DE EXCESSO.***

***1. A absolvição pretendida, fundada na ausência de provas de autoria e materialidade, implica, necessariamente, o reexame de todo o conjunto fático-probatório. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.***

***2. Não há falar em ausência de fundamentos, mas sim em decisão contrária ao pretendido pela parte. Com efeito, não se mostra exagerada a pena-base fixada ao recorrente, tendo a sentença trazido fundamentação idônea ao presente caso, sendo desnecessária a intervenção desta Corte a respeito da presente dosimetria.***

***3. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 409.380/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 16/12/2014.)***

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para CONHECER EM PARTE do recurso especial e, nessa extensão, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

